

Andrei Koerner

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1998); Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1992); graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987); Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2).

JUDICIÁRIO E CIDADANIA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA (1841-1920)

2ª Edição

Curitiba
Juruá Editora
2010

CONSELHO EDITORIAL DA COLEÇÃO "BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DO DIREITO":

Prof. Andrei Koerner (UNICAMP)	Prof. Manuel Martínez Neira (Universidad Carlos III de Madrid)
Prof. Antonio Carlos Wolkmer (UFSC)	Prof. Massimo Meccarelli (Università degli Studi di Macerata)
Prof. Airton Cerqueira Leite Seelaender (UFSC)	Prof. Paolo Cappellini (Università degli Studi di Firenze)
Prof. Arno Dal Ri Júnior (UFSC)	Prof. Samuel Rodrigues Barbosa (USP)
Prof. Gilberto Bercovici (USP e Mackenzie)	Prof. Sergio Said Staut Jr. (UFPR)
Prof. José Ramón Narváez (Universidad Nacional Autónoma de México)	Prof. Silvia Hunold Lara (UNICAMP)
Prof. Joseli Nunes Mendonça (UFPR)	
Prof. Luis Fernando Lopes Pereira (UFPR)	

Coordenador:

Prof. Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

ISBN: 978-85-362-3059-7

892773



Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 3352-3900
Fax: (41) 3252-1311 - CEP: 80.035-475 – Curitiba Paraná Brasil

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Koerner, Andrei
K78 Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920) / Andrei Koerner, Ricardo Moreira Fonseca (coord.)
2. ed. – Curitiba: Juruá, 2010.
272 p. (Biblioteca de História do Direito)

1. Justiça. 2. Cidadania. 3. Direito constitucional.
I. Fonseca, Ricardo Moreira (coord.). II. Título.

CDD 340.1 (22.ed)

CDU 340

000140

Visite nossos sites: www.juruu.com.br e www.editorialjuruu.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O PODER JUDICIAL NA ORDEM POLÍTICA IMPERIAL	33
--	-----------

1.1 O PODER JUDICIAL SEGUNDO A LEI DE 3 DE DEZEMBRO DE 1841	35
a) Forma de organização	35
b) Distribuição de competências	37
1.2 O PODER JUDICIAL NO SISTEMA POLÍTICO IMPERIAL ..	39
a) O sistema constitucional segundo o pensamento conservador	39
b) A prática do sistema constitucional.....	41
c) Papel político dos Magistrados	43
1.3 O PODER JUDICIAL NA SOCIEDADE ESCRAVISTA	47
a) A organização social escravista e a mediação judicial dos conflitos	47
b) O governo central, os Magistrados e o poder local.....	50
c) As categorias de indivíduos e as jurisdições civil e criminal.....	52
d) A prática judicial na sociedade escravista.....	61
1.4 TENSÕES E CONFLITOS COM MAGISTRADOS	63
a) A autonomia de julgamento dos Magistrados	64
b) A lealdade partidária dos Magistrados	72
c) A profissionalização da Magistratura	75

CAPÍTULO 2**MUDANÇAS E CONTINUIDADES DO PODER JUDICIAL NA CRISE DA SOCIEDADE ESCRAVISTA77**

- 2.1 A TRANSIÇÃO GRADUAL PARA O TRABALHO LIVRE 79**
- 2.2 AS PROPOSTAS DE REFORMA JUDICIÁRIA..... 83**
- a) As propostas liberais 83
- b) As propostas conservadoras 88
- 2.3 A REFORMA JUDICIÁRIA DE 1871 92**
- a) O debate parlamentar 93
- b) A distribuição das competências na jurisdição civil 95
- c) A distribuição das competências na jurisdição criminal 99
- d) Garantias contra prisões arbitrárias 103
- 2.4 MUDANÇAS NA CARREIRA E NO PAPEL POLÍTICO DOS MAGISTRADOS 111**
- a) Diferenciação da carreira dos Magistrados 111
- b) Estruturação da carreira dos Magistrados e aumento do número de lugares 114
- c) Análise do mecanismo das remoções 124
- 2.5 PRÁTICA JUDICIAL E MUDANÇA SOCIAL: NOTA SOBRE OS MAGISTRADOS E A ABOLIÇÃO 127**

CAPÍTULO 3**O PODER JUDICIÁRIO NA ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA 139**

- 3.1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA COMO RUPTURA DA ORDEM POLÍTICA IMPERIAL..... 140**
- 3.2 A POSIÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS PODERES DA UNIÃO... 146**
- 3.3 DIVISÃO DE PODERES ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS.... 153**
- a) Poderes de organização do Judiciário e de legislação civil, comercial, penal e processual 153
- b) A criação do Código Penal de 1890 155
- c) A criação do Poder Judiciário Federal 159
- 3.4 O PODER JUDICIÁRIO NA CONSTITUINTE REPUBLICANA.... 162**

CAPÍTULO 4**O PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NA ORDEM POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA 171**

- 4.1 O STF NO SISTEMA POLÍTICO FEDERAL: A VITALICIEDADE DOS MINISTROS E AS ALIANÇAS DAS FACÇÕES 173**
- 4.2 A POLÍTICA DOS GOVERNADORES E A ORDEM POLÍTICA REPUBLICANA..... 175**
- 4.3 POLÍTICA DE NOMEAÇÕES DE MINISTROS DO STF E JUÍZES SECCIONAIS DE 1900 A 1911..... 179**
- a) Ministros do STF..... 179
- b) Juizes seccionais..... 181
- 4.4 *HABEAS CORPUS* NOS CONFLITOS ELEITORAIS ENTRE OLIGARQUIAS ESTADUAIS184**
- 4.5 FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS JUÍZOS SECCIONAIS192**

CAPÍTULO 5**PODER JUDICIÁRIO, POLÍTICA E SOCIEDADE EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA 201**

- 5.1 A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA NOS ESTADOS 202**
- 5.2 PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO 209**
- 5.3 PODER JUDICIÁRIO E SOCIEDADE EM SÃO PAULO 218**
- a) Processos de mudança social 218
- b) Distribuição de competências 223

REFERÊNCIAS..... 237**ANEXOS..... 247****ÍNDICE ALFABÉTICO..... 265**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Distribuição das Competências na Jurisdição Civil na Lei 2.033, de 1871.....	96
Quadro 2.	Distribuição de Competências na Jurisdição Criminal na Lei 261 de 1841.....	99
Quadro 3.	Distribuição de Competências na Jurisdição Criminal, na Lei 2.033, de 1871.....	100
Quadro 4.	Lugares da Magistratura em anos selecionados - Número* e Variação	116
Quadro 5.	População do Brasil - Total e variação (1852, 1872, 1883 e 1890).....	116
Quadro 6.	Divisão Judiciária e população no Brasil.....	117
Quadro 7.	Receitas e Despesas do Governo Central, por quinquênio (1845-89)	118
Quadro 8.	Despesas do Governo Central e do Poder Judicial, anos selecionados	119
Quadro 9.	Orçamentos do Governo Central: Créditos ao Ministério da Justiça	119
Quadro 10.	Proporção entre o número de juízes municipais e o número de juízes de direito por região e anos selecionados.....	122
Quadro 11.	Proporção entre termos e comarcas por anos selecionados	123
Quadro 12.	Votos dos ministros do STF em <i>habeas corpus</i> em conflitos eleitorais estaduais (1908-1911).....	186
Quadro 13.	Salários dos juízes seccionais e substitutos (1899).....	194
Quadro 14.	Salários e custas de juízes de direito de São Paulo, Santos e Campinas (1897-99)	194
Quadro 15.	Valor das custas recebidas por comarca no Estado de São Paulo (1897-1900).....	215
Quadro 16.	Distribuição de Competências na Jurisdição Criminal em São Paulo na Primeira República	226
Quadro 17.	Número e variação dos lugares de juiz de primeira instância, das Comarcas e da população no estado de São Paulo, anos selecionados	228
Quadro 18.	Número e variação dos lugares de juiz de primeira instância e da população da capital de São Paulo por anos selecionados.....	229

Quadro 19. Proporção entre os lugares de juiz de primeira instância e população, no Brasil, no estado e na capital de São Paulo por anos selecionados.....	230
Quadro 20. Despesas Estaduais com a Administração da Justiça, Repartição de Polícia e Força Pública no estado de São Paulo por anos selecionados.....	230
Quadro 21. Variação das Despesas Estaduais com a Administração de Justiça, Repartição de Polícia e Força Pública em São Paulo, anos selecionados.....	231

ABREVIACÕES

ACD	– Anais da Câmara dos Deputados
AE-SP	– Anuário Estatístico do Estado de São Paulo
AS	– Anais do Senado
CE-SJ	– Resoluções da Seção de Justiça do Conselho de Estado
JC	– Jornal do Commercio
RMJ	– Relatório do Ministério da Justiça
RSJ-SP	– Relatório da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo